

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

**SUBEMENDA SUBSTITUTIVA ADOTADA AO PROJETO DE LEI Nº
4.078, DE 2024**

Institui, em todo o território nacional, o alerta obrigatório de crianças e adolescentes desaparecidos a ser emitido pelas operadoras de telefonia celular aos seus usuários, e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei altera o art. 12 a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, para dispor sobre a emissão obrigatória de alerta de mensagens de crianças ou adolescentes desaparecidos a ser emitido pelas operadoras de telefonia móvel.

Art. 2º O art. 12 da Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. O poder público providenciará a transmissão de alertas urgentes sobre o desaparecimento de crianças e adolescentes, observados os seguintes critérios:

.....
.....

§ 3º A transmissão dos alertas urgentes será realizada:

I – mediante convênio pelo Poder Executivo com as emissoras de rádio e televisão, empresas de transporte e organizações não governamentais;

II – por meio de ajustes do Poder Executivo com as empresas operadoras de telefonia celular e provedores de aplicações de redes sociais e de mensageria, nos termos da regulamentação.

.....” (NR)

§ 4º

§ 5º Para cumprimento do disposto no §3º deste artigo, o Poder Executivo será responsável por coordenar a atuação das secretarias de segurança pública dos estados e do Distrito Federal, bem como pela implementação e pela gestão do Sistema Integrado de Descoberta de Paradeiros (SIDP).



§ 6º O Sistema Integrado de Descoberta de Paradeiros (SIDP) é um sistema integrado e unificado para o envio dos alertas previstos no §3º deste artigo, observados os seguintes critérios:

I - as operadoras de telefonia celular poderão estabelecer um único provedor de serviço responsável por se conectar ao SIDP para o recebimento das mensagens a serem transmitidas;

II - o prazo de implementação do SIDP será definido entre o Poder Executivo e as operadoras de telefonia celular.

§ 7º No processo de gestão do SIDP, o Poder Executivo será responsável pelo treinamento e cadastros dos agentes públicos das Secretarias de Segurança Pública das unidades da Federação.

§ 8º O acesso ao SIDP será feito mediante autenticação, por meio de usuário e senha individuais, do agente público que fará o envio do alerta, sendo obrigatória a certificação em treinamento específico para a utilização da ferramenta.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 2025.

Deputado Delegado Paulo Bilynskyj
Presidente

